

O Futuro do Capitalismo

Toda a história do capitalismo não conta mais de cinco séculos, três os Quais ocupados pelo capitalismo manufatureiro. Embora desde o seu início o capitalismo tenha manifestado inequívoca vocação de se tornar mundial, atualmente a maioria dos países ou ainda se encontra no limiar do capitalismo ou parece ter enveredado por uma via alternativa de desenvolvimento das forças produtivas — o planejamento centralizado. Em termos históricos, parece cedo demais para se poder fazer vaticínios sobre o destino futuro do capitalismo.

A irrupção do capitalismo industrial, no século passado, causou mudanças sociais tão traumáticas — principalmente a proletarização em massa de ex-camponeses, arrancados da noite para o dia de seu modo tradicional de vida — que inspirou a ideia de que este sistema sócio-econômico só poderia ter vida breve, apenas suficiente para preparar a base material de um modo de produção superior — o socialismo. Diga-se de passagem que esta ideia mostrou-se tão poderosa, que não somente polarizou os movimentos sociais como está na origem das ciências sociais, inclusive da economia política. A ideia do fim próximo do capitalismo inspira tanto as obras de Marx e Engels, como as de Schumpeter e Keynes.

A tese do fim previsível do capitalismo tem duas vertentes: a clássica, que pensa este fim como resultante de um colapso econômico nos centros mais adiantados, seguido de revoluções vitoriosas; e a do confronto, que concebe o capitalismo perecendo em face da multiplicação de regimes socialistas na periferia não-desenvolvida. A primeira vertente teve seu auge por ocasião da grande crise econômica mundial dos anos 30, quando o esperado colapso parecia ter se materializado.

Mas sua consequência não foi a sucessão de revoluções proletárias mas O nazifascismo de um lado e o "New Deal" e o keynesianismo do outro. Após a Segunda Guerra Mundial, a perspectiva de colapso e revolução nos centros hegemônicos do capitalismo se desvaneceu por completo. O movimento operário, que efetivamente se formou nestes centros, inspirado pelo ideal do socialismo, parece ter se tomado



conservador, preocupando-se apenas em preservar conquistas passadas e se mostrando (ao menos nos tempos que correm) incapaz de formular uma alternativa convincente ou uma utopia mobilizadora em face da Revolução Industrial, a da microeletrônica, já em pleno curso. A vertente do confronto ganhou credibilidade com a série de revoluções anticapitalistas vitoriosas

após a Segunda Guerra Mundial, na China, no Vietnã, em Cuba e em numerosas ex-colônias africanas. Ela se baseia na teoria de que, mediante o imperialismo, o capitalismo explora os países periféricos, sem neles desenvolver as forças produtivas. Esta teoria tem um elemento de verdade: o desenvolvimento do capitalismo na periferia requer uma ação positiva do Estado e se este se mantém passivo, restringindo-se a desempenhar o papel de guardião dos interesses estabelecidos, a economia fica estagnada num estágio colonial. O caso do Brasil comprova isso de maneira exemplar. Mas a teoria ignora a possibilidade de que, em consequência das próprias crises internacionais do capitalismo, o Estado oligárquico seja substituído por um Estado desenvolvimentista, capaz de promover a industrialização do país. Ora, esta possibilidade tem se realizado num numero de países certamente não inferior ao dos que adotaram o capitalismo na União Soviética, na China, na Coreia do Norte, era Cuba e em vários países da Europa Oriental, não é menos verdade que regimes desenvolvimentistas capitalistas se mostraram igualmente capazes no Brasil, no México, na Coreia do Sul e em outros países do sudeste da Ásia e da periferia da Europa Ocidental.

O fato histórico inegável é que o capitalismo industrial de modo algum ficou confinado em seu berço histórico. Na verdade, ele tem demonstrado notável capacidade de expansão para além das fronteiras da Europa e da América do Norte, exatamente como Marx e seus principais discípulos previram. Ora, esse fato despe a vertente do confronto de seu caráter inelutável, reduzindo-a à mera possibilidade histórica.

Na discussão do futuro do capitalismo, não há como fugir da constatação de que as tentativas de constituir regimes socialistas em determinados países fracassaram em seu intento maior, que é o de superar o capitalismo em seu grau mais elevado de desenvolvimento. A vertente do confronto fundamentava nesta conquista a sua melhor

esperança. A comparação entre os logros do capitalismo e do socialismo, nos campos da economia, da política e da cultura, deveria atestar a superioridade do último e decretar o fim do primeiro. Não foi obviamente o que aconteceu.

Todas as experiências de desenvolvimento via planejamento centralizado se deram em regimes opressivamente autoritários quando não totalitários. A ausência de democracia, de liberdade de crítica e de oposição, a imposição de partido único, ideologia única e opções únicas perante todos problemas fundamentais da sociedade, frustraram desde a origem a pretensão socialista destas experiências. Não há como superar o capitalismo mediante a anulação de todas as conquistas democráticas da humanidade dos últimos dois séculos. A democracia política não é um complemento automático do capitalismo como querem tanto os adeptos deste último quanto os partidários do "socialismo" realmente existente. A história recente registra inúmeros casos de capitalismo sem democracia. Mas é impossível haver socialismo sem democracia, pela simples e boa razão de que a ideia essencial do socialismo é a extensão dos princípios democráticos à gestão de todas as instituições, inclusive e sobretudo às unidades de produção e de distribuição. É perfeitamente possível abolir o capitalismo mediante a substituição do gestor capitalista da empresa por um gestor que represente uma outra lógica, que não a da maximização do lucro. Mas, se este outro gestor não representar a vontade coletiva dos trabalhadores — o que requer democracia na empresa e na sociedade —, o capitalismo terá sido abolido, mas em seu lugar surge um regime que não possui nenhum atributo do socialismo. Não se pode supor que, além da lógica do lucro, a única outra lógica possível seja a da necessidade, de modo que se a produção deixa de visar o lucro ela só pode se pautar pelas

Preferências manifestas dos consumidores. Na verdade, há uma grande

variedade de lógicas possíveis da produção, e só o debate livre das diferentes propostas pode definir qual delas corresponde realmente à

preferência majoritária dos trabalhadores. Só para exemplificar, pense-se nas alternativas entre mais consumo presente versus mais investimento para mais consumo futuro, entre mais trabalho e consumo versus mais lazer, entre consumo individual diversificado versus consumo coletivo (automóvel X metro; cozinha individual X refeitório etc.).

Na verdade, a ausência de democracia nas experiências de planejamento centralizado não somente frustra seu pretenso caráter socialista mas esteriliza também o seu potencial de desenvolvimento das forças produtivas. Partindo de um nível em geral baixo de desenvolvimento, estas experiências conseguiram êxitos apreciáveis na tarefa de se apossar das forças produtivas criadas pelo capitalismo, mostrando-se capazes de superar em prazo relativamente curto o atraso histórico de suas economias. Mas, uma vez atingido um estágio mais avançado de desenvolvimento, as economias centralmente planejadas não foram capazes de competir com o capitalismo na criação de novas forças produtivas, a qual requer um clima de liberdade cultural de que elas simplesmente não dispõem. No terreno cultural, no sentido mais amplo da expressão, que vai da moda no vestir, comer, morar etc. até às artes, ciências, filosofias e religiões, os "socialismos" realmente existentes têm sido indubitavelmente mais conservadores do que o capitalismo.

Só assim se explica que os regimes soviéticos mais antigos e consolidados continuem, nestes campos, tributários dos países capitalistas. Obviamente, nestas condições, a comparação entre o capitalismo e o "socialismo" realmente existente só poderia dar no que ũeu, no fortalecimento político e ideológico do capitalismo e na crise do socialismo, como projeto histórico alternativo. Para os trabalhadores das grandes democracias capitalistas, a perspectiva de um "socialismo" análogo aos hoje existentes, digamos na União Soviética, Tchecoslováquia ou Alemanha Oriental (países igualmente industrializados) só pode aparecer como autêntico retrocesso. Este fato contribui, ao lado de outras circunstâncias, para a postura conservadora do movimento operário na maioria dos países capitalistas.

A falência das posições teóricas que prediziam o fim próximo do capitalismo não significa que este modo de produção tenha sua sobrevivência assegurada para todo o sempre. Como vimos (no item "A crise do capitalismo contemporâneo", p. 56), o capitalismo contemporâneo está mergulhado em grave crise da qual, por enquanto, não se enxerga saída. Claro está que o capitalismo ainda tem potencialidades de mudança e de adaptação, e a própria ausência de alternativas indica que o seu esgotamento não é iminente. A característica básica do capitalismo é o dinamismo tecnológico, que ocasiona periodicamente transformações revolucionárias dos processos de trabalho, da organização da produção e das normas de consumo. Um modo de produção que gera mudanças tão amplas quase continuamente não pode deixar de ser flexível no plano institucional.

O capitalismo superou crises que pareciam ser "finais" exatamente porque sempre encontrou um novo tipo de regulação de sua dinâmica, que permitiu o seu reerguimento. Mas, nesta trajetória, o Estado tem assumido crescentes poderes de

intervenção nos mecanismos de mercado, além de presidir a um setor público de produção e circulação cada vez mais amplo. É possível que, nesta linha de evolução, o capitalismo esteja alcançando o limite de adaptação, além do qual ele corre o perigo de perder sua identidade.

A forte reação neoliberal à chamada "estatização" indica que certa consciência desta possibilidade também já se apossou dos partidários intelectuais do capitalismo. Só que suas propostas, de volta ao capitalismo liberal do século XIX, são muito pouco viáveis. Nestas condições, um dos futuros possíveis do capitalismo estaria em sua transformação, gradual e indolor, numa espécie de economia internacional semi-regulada por órgãos intergovernamentais, em conjunção e/ou conflito, com os governos das grandes potências. Nesta economia, o capital individual estaria subsistindo, mas sem desempenhar o papel de condicionador geral da vida económica e social, que estaria muito mais com entidades político-administrativas de carácter público. A dominação capitalista cederia espaço a uma dominação burocrática que, durante muito tempo, poderia ser exercida em nome da primazia da iniciativa privada.

O outro cenário, naturalmente, parte do renascimento do movimento anticapitalista, capaz de reunir sob as mesmas bandeiras a grande maioria de oprimidos e explorados. Este movimento, em vez de procurar acabar com o capitalismo de uma vez por todas, mediante a expropriação dos meios privados de produção pelo Estado, solaparia a autocracia do capital -na empresa, substituindo-a gradativamente pela direção coletiva dos trabalhadores. A crescente influência dos trabalhadores sobre os movimentos do capital produziria mudanças tecnológicas com o fim de eliminar dos processos de trabalho as tarefas mais alienantes e embrutecedoras. Criar-se-ia, deste modo, maior igualdade básica entre os participantes na produção e na distribuição, em termos de conhecimentos e de capacidade de intervir nos processos decisórios. Com isso, lançar-se-iam as bases de uma sociedade muito mais igualitária, na qual a prática da democracia em todos os níveis seria o corolário natural da ausência de estruturas hierarquizantes.